

CONSIDERANDO a Portaria SEGP n. 38, de 12 de janeiro de 2026, publicada no DEJT de 15 de janeiro de 2026, que designa o Coordenador Acadêmico da Escola Judicial para o biênio 2026/2027,
RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa os seguintes magistrados para a composição do Conselho Consultivo da Escola Judicial para o biênio 2026/2027:

- I - desembargadora Maria Cecília Alves Pinto;
- II - juiz Bruno Alves Rodrigues;
- III - desembargador Emerson José Alves Lage;
- IV - desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini;
- V - desembargador José Nilton Ferreira Pandelot;
- VI - desembargadora Ana Maria Rebouças;
- VII - juíza Adriana Campos de Souza Freire Pimenta;
- VIII - juíza Flávia Cristina Rossi Dutra;
- IX - juiz Geraldo Magela Melo;
- X - juiz Leonardo Tibo Barbosa Lima;
- XI - juíza Samantha da Silva Hassen Borges; e
- XII - juíza Ângela Castilho Rogedo Ribeiro.

Art. 2º Revoga-se a Portaria G2VP n. 1, de 30 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2026.

MARIA CECÍLIA ALVES PINTO
Desembargadora 2ª Vice-Presidente e
Diretoria da Escola Judicial

Diretoria Geral

Portaria

Portaria

PORTARIA GP N. 57, 21 de janeiro de 2026

Designa os membros do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) referenciados nos incisos I a IX do art. 2º da Resolução GP n. 160, de 10 de dezembro de 2020, para o biênio 2026/2027.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Resolução GP n. 148, de 6 de agosto de 2020, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;

CONSIDERANDO a Resolução GP n. 154, de 23 de outubro de 2020, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; e

CONSIDERANDO a Resolução GP n. 160, de 10 de dezembro de 2020, que institui o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e estabelece, em seu art. 2º, § 2º, a exigência de publicação de portaria, com vigência limitada à duração do mandato da Administração eleita, para nomeação dos membros indicados nos incisos I a IX do caput do referido artigo,
RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa os membros do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) referenciados nos incisos I a IX do art. 2º da Resolução GP n. 160, de 10 de dezembro de 2020, para o biênio 2026/2027:

- I - desembargador Emerson José Alves Lage, coordenador do Comitê;
- II - desembargador Sérgio Oliveira de Alencar, vice-coordenador do Comitê;
- III - desembargadora Sabrina de Faria Froes Leão;
- IV - Murilo Rodrigues Coutinho, representante da Presidência;
- V - Guilherme Oliveira Braga, representante da 1ª Vice-Presidência;
- VI - Flávio Rodrigo Coutinho Rodrigues, representante da 2ª Vice-Presidência;
- VII - Mozart Secundino de Oliveira Júnior, representante da Corregedoria;
- VIII - Virgínia Dias de Oliveira Amaral, representante dos gabinetes de desembargador;
- IX - juiz Pedro Paulo Ferreira, representante dos magistrados de primeiro grau;
- X - Leandro Teófilo Glória Silva, representante das secretarias das varas do trabalho; e

XI-juiz Bruno Alves Rodrigues, representante da Escola Judicial.

Parágrafo único. O mandato dos integrantes relacionados nesta Portaria retroagirá a 1º de janeiro de 2026 e se encerrará em 31 de dezembro de 2027, coincidindo com o mandato da atual Administração do Tribunal.

Art. 2º Revoga-se a Portaria GP n. 65, de 12 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

Desembargador Presidente

Portaria de Pessoal

PORTARIA DGP N. 103, 19 de janeiro de 2026

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o art. 7º, inciso XVII, c/c art. 39, § 3º, da Constituição da República de 1988,

CONSIDERANDO o art. 78, § 3º, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o art. 24, caput, da Resolução n. 162, de 19 de fevereiro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria GP n. 10/2026, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 2/1/2026;

CONSIDERANDO a competência subdelegada pelo art. 2º, inciso XIV, da Portaria DG n. 2, de 2 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo TRT/PROAD/1692/2026,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora Marcela Cavalcanti Lamego o pagamento de férias integrais, à razão de 12/12 (doze doze avos), relativas ao exercício de 2025, condicionado à disponibilidade orçamentária.

BIANCA KELLY CHAVES

Diretora de Gestão de Pessoas

PORTARIA DGP N. 98, 16 de janeiro de 2026

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o art. 7º, inciso XVII, c/c art. 39, § 3º, da Constituição da República de 1988,

CONSIDERANDO o art. 78, § 3º, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO o art. 24, caput, da Resolução n. 162, de 19 de fevereiro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria GP n. 358/2025, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24/11/2025;

CONSIDERANDO a competência subdelegada pelo art. 2º, inciso XIV, da Portaria DG n. 2, de 2 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo TRT/PROAD/1588/2026,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora Karine Monteiro de Castro Fantini o pagamento de férias proporcionais, à razão de 9/12 (nove doze avos), relativas ao exercício de 2026, condicionado à disponibilidade orçamentária.

BIANCA KELLY CHAVES

Diretora de Gestão de Pessoas

PORTARIA DGP N. 137, 21 de janeiro de 2026

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, XII, da Portaria DG n. 02/2026,

RESOLVE